Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA ENERGIA

Brasília, "QUATO-07-de-abril-de-"QUATO-07-
edição 332

Serviço de Notícias - INFRAEnergia

Bom dia, "[*NAME*]!
Nesta edição do INFRAEnergia: Pauta da Câmara | Renovação | Editor Oficial | Fique de Olho | Clipping

PAUTA DA CÂMARA TEM MANUTENÇÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS E MEDIDA PROVISÓRIA DE ENERGIA

Leila Coimbra, da Agência INFRA
A Câmara dos Deputados pautou temas importantes do setor elétrico para esta semana. Um dos itens é a requerimento de urgência, assinado pelas lideranças, para votação do PDL (projeto de decreto legislativo) 7/2019, que mantém os subsídios nas contas de energia para os produtores rurais. Se a urgência for aprovada, o PDL pula a etapa da CCJ (Comissão de Comissão e Justiça) e vai direto para o plenário.

Também foi pautada a MP (medida provisória) 855, que trata da privatização das distribuidoras da Eletrobrás, em especial a Amazonas Energia. Essa MP perde sua validade no dia 23 de abril.

Chances
Nesta terça-feira (16), haverá uma reunião de líderes dos partidos antes da sessão deliberativa, para redefinir a pauta. Deputados consultados pela **Agência INFRA** acreditam que o projeto de decreto-legislativo que mantém os descontos na energia para a área rural deve ser aprovado, pois conta com o apoio da bancada ruralista – que tem grande peso político e está bastante articulada.

O deputado Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, está à frente das negociações a favor dos agricultores.

Já a MP 855 tem poucas chances de ser mantida na pauta e colocada em votação pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), acreditam os líderes. Com o feriado da Semana Santa se aproximando, o quórum no Legislativo deve ser menor nesta semana e temas mais polêmicos não deverão ser pautados.

Bancada Ruralista
A bancada ruralista no Congresso defende a manutenção dos descontos nas tarifas de energia para o agronegócio. O PDL 7 pede que seja revogado o decreto 9.642/18, que determinou a redução de 20% ao ano nos descontos para classe rural e para serviços de irrigação, água e esgoto, tanto na alta tensão como na baixa. O fim dos subsídios se daria ao longo de 5 anos. O PDL 7 já tem o aval da CMR (Comissão de Minas e Energia)

Meio-termo
Chegou-se a um meio-termo em acordo selado entre os ministérios de Minas e Energia, da Agricultura, da Economia, e do Desenvolvimento Regional no mês passado. Com isso foi publicado novo decreto, o 9.794/19, que determinou a perda de subsídios para irrigação gradualmente em cinco anos, enquanto o publicado no ano passado (9.642) retirou imediatamente o subsídio.
Segundo o deputado Heitor Schuch (PSB-RS), autor do projeto de decreto legislativo 7/19 e integrante da bancada do agronegócio, o acordo firmado entre os ministros "não resolve".

Aprovar do acordo selado com outras partes, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que não irá interferir para impedir a aprovação do PDL 7/19 no Congresso, que segundo ela tem independência para legislar.

Ler mais aqui

TCU REALIZA AUDITORIA EM OBRAS DE LINHAS DE TRANSMISSÃO NO AMAZONAS

Leila Coimbra, da Agência INFRA
Para o TCU (Tribunal de Contas da União), a pesquisa de preços realizada pela ANEEL (Amazonas Geração e Transmissão de Energia) para implantação de reforços entre as subestações de Transmissão Manaus e Jorge Teixeira foi "falha". Em acordo com o tribunal, as contratações poderiam ter sido antecedências. Exige-se a primeira de quatro achados de auditoria realizada em sete contratos firmados pela empresa. O processo foi unitado da última quarta-feira (10).
O segundo achado da auditoria foi em relação ao aditamento de aeroportuar, distribuído solicitou que a ANEEL realize um estudo de impacto financeiro e econômico-social das formas-alternativas de serviços e equipamentos. A empresa aeroportuar tem o prazo de 60 dias para apresentar ao TCU o cronograma de implementação do modelo.
Houve indícios de sobrepreço em relação aos dois primeiros achados, sem comprovação. Entretanto, sobre o primeiro achado, o tribunal observou: "A realização de pesquisa de preços aumenta junto a potenciais fornecedores frágeis o orçamento estimado para as suas licitações, tendo em vista que impede a administração pública de avaliar a competitividade da proposta, bem como o custo descontrole da contratação".
O terceiro inadequação encontrada pela equipe do TCU foi não disponibilizar entre os valores que constituíram no termo de adjudicação e homologação e a proposta feita pela empresa contratada. O último achado foi sobre a ausência de indícios contribuir que abordasse o requisito de preços em dois dos editais do certame.
"Os dois últimos achados, por se tratarem de impropriedades formais que não impactaram o andamento dos pregões correspondentes, resultaram na proposta de dar ciência à ANEEL quanto ao falhas", afirma o voto do relator, ministro Bruno Dantas. Não houve penalidade para a empresa por nenhum dos pontos detectados pela auditoria.

Ler mais aqui

DIÁRIO OFICIAL

Leilão - Despacho da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) registrou o recebimento de requerimento de outorga de empreendimentos de fonte eólica, fotovoltaica e termelétrica para habilitação no leilão de Energia Nova "A-4" de 2019 (LEN A-4/2019).
UTE - Despacho 1.266 da Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração da ANEEL deu provimento a recurso da Usina Termelétrica Norte Fluminense para revisão do Custo Variável Unitário a partir de março de 2019.

Leia mais aqui

FIQUE DE OLHO

Agenda do Ministro – O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, reúne-se nesta segunda-feira (15) com Carlos Langoni, da FGV, às 9h. Em seguida, às 10h, recebe Adriano Pires, diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), no Rio de Janeiro. Às 14h30, tem audiência com o ministro Onyx Lorenzoni, no Casa Civil, em Brasília.
Nova MMA – O MMA (Ministério de Minas e Energia) informou, na última sexta (12), por meio de nota à imprensa que "o Decreto nº 9.761/19 implementou um contingenciamento (limite de gastos orçamentários), e não cortou, em todos os órgãos do Poder Executivo. No caso do MMA, o percentual foi da ordem de 22%. O MMA não incorreram que o contingenciamento de 22% no Orçamento Público Federal implicará em comprometimento às atividades de fiscalização da Agência Nacional de Mineração (ANM)".
PLD – O PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) para o período de 13 a 19 de abril subiu 8% nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul, ao valor de R$ 191,41/MWh e R$ 189,78/MWh. No Nordeste e no Norte o preço permaneceu no mínimo de R$ 42,91/MWh. A principal responsável pela aumento do PLD foi a redução nas afluências previstas para o Sul, que passaram a ficar abaixo da média histórica (de 113% para 99% da MLT), segundo consta em boletim divulgado na última sexta (12), pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Haiga Binacional – As Chancelarias do Brasil e do Paraguai reuniram-se na última quinta (11) e avançaram nas negociações para a construção de uma solução sobre a contratação da potência de Itaipu até 2022. Segundo comunicado, uma nova reunião, ainda sem data, deve ser agendada para finalizar as negociações.

Licença Prévia – A Tamoa Informa, na última sexta (12), que o Instituto Ambiental do Paraná emitiu na quarta (10) a licença prévia e de instalação para as instalações da Interligação Elétrica Isai. De acordo com a empresa, a LP é para a linha de transmissão 525 kV Foz do Iguaçu – Guaíra, circuitos duplos de 173 km; a LT 525 kV Guaíra – Sarandi, CD de 266 km; a LT 525 kV Sarandi – Londrina, CD de 75 km e a Subestação Guaíra 525/230 kV. Já a LI citada refere-se à Subestação Sarandi de 525/230 kV.

Eletrobras – A Eletrobras informou que vai tomar as medidas cabíveis quanto ao pedido de reconsideração com efeito suspensivo feito pela Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres) em razão de decisão da Aneel sobre reprocessamento de R$ 1,59 bilhão da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) das Sistemas Isolados. Esse valor deverá ser reembolsado pela CCC para a distribuidora.

Neoenergia – A soma da energia injetada na rede pelas distribuidoras operadas pela Neoenergia cresceu 9% no primeiro trimestre de 2019 na comparação com igual período em 2018. Foram injetados 17.409 GWh neste ano contra 16.981 GWh, segundo comunicado divulgado pela companhia no norte da última quinta (11).

Ratings – A agência de classificação de risco Fitch Ratings atribuiu, pela primeira vez, o Rating Nacional de Longo Prazo "AA+(bra)" à ABB Treetal Energia e à sua proposta de 6ª emissão de debêntures no montante de R$ 2,2 bilhões. A proposta de emissão será realizada em três séries, sendo o vencimento final da primeira série em 2027 e o da segunda e da terceira séries em 2029.

Schneider Electric – A Universidade Federal de Sergipe (UFS) reformulará seu parque tecnológico em 2019. Com investimento de mais de R$ 3 milhões em novos ativos, a modernização minimizará os riscos de curto de energia e sobrecarga de temperatura nos equipamentos, além de aumentar a capacidade de armazenamento. A Schneider Electric forneceu a infraestrutura de TI para a Universidade.

Alfandega – A segunda revisão semanal do PMO (Programa Mensal de Operação) referente ao mês de abril apresentou uma variação positiva em relação à perspectiva de vazões em quase todo o país. A exceção ficou com a região Sul que viu a projeção de Energia Natural Afluente recuar de 113% para 99% da média de longo termo ao final do mês. Ainda assim é a mais alta entre todos os submercados nacionais. Logo em seguida já aparece o Sudeste/Centro-Oeste com 92% da MLT antes 89% da semana passada. No Nordeste avançou de 48% para 53% e no Norte de 87% para 94% da média histórica.

Nível dos Reservatórios – Os reservatórios da região Sul encerraram a semana com 62% da capacidade, após queda de 0,1% no volume na última sexta (12). No Sudeste/Centro-Oeste, os níveis subiram 0,5% e chegaram a 81,5% da capacidade. O subsistema Nordeste também registrou crescimento de 0,1%, alcançando 55,8% do volume. A região Norte também registrou aumento de 0,1%, deixando o submercado com 68,3%.

Prazos CCEE – Hoje (15) é a data-limite para liquidação financeira de Angra I e II referente a março. Também é a data-limite para envio da medição de consumo de combustível e geração de energia das usinas do interior para reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) referente a março e para o pagamento do reembolso final da CCC de fevereiro, e outras informações.

CLIPPING

Petros precisam de pró-governança, diz diretor da ANP
Décio Oddone afirma que valores praticados no país hoje são parecidos com o do mercado externo. (Valor)

Interessa pela era menta venda de ativos
O novo da Petrobras e o mapa de ativos chamou em alguns as novas regras de revisão de preços da estatal e criou um clima de desconfiança entre investidores de que a companhia vai manter os planos de vender ativos. (Valor)

Qualidade seria em alerta para Petrobras
Inflação e governo enfrentarão teste de credibilidade após onda de ingerência na política de preços. (Valor)

Sandes gasta em Cuiá, Estados e 'Pana Langoni' para baixar gás
Políticos que utilizam continuidade para inquietarem Petrobrás/Estados (O Jornal - Colunas)

Negociações de diesel são concluídas para outro pagaguá
Negociações independentes também de compra para Petrobrás ter recuado no reajuste de 5,7%. (O Estado de S. Paulo)

Grandes choques dudes entrarem ciclo de petróleo
Projeções de produção e de investimentos são concretizes, e previsões ser aprovetadas. (O Globo - editorial, domingo)

Pontes em colapso e obras abandonadas: falhas na infraestrutura acabaram a país
Rasos investimentos públicos não e suficiente nem para quatro grandes construções. (O Globo, domingo)

Bolsonaro atrasa intervenção na Petrobras e defende cisão
Presidente pediu negócio ano do diesel coisca em sequer política econômica liberal. (Folha de S.Paulo, Mercado de S. Paulo, Economia, sábado)

Petrobras perde R$ 37 bi em valor de mercado após interferência de Bolsonaro
Investidores se preocupam com possível mudança na política de preços da companhia. (Folha de S.Paulo, Economia de S. Paulo, Economia, sábado)

Preço gasoria inquietação em meio de abril governo no gerência da Petrobras
Por enquanto, não está previsto, avanços e retrocessos vemos. (Valor Econômico de Finanças, (Folha de S.Paulo, sábado)

Petrobras sofreu não anfetaline sonar: 35 countrieds
Inesperada de aumento dos preços do diesel trouxe incertezas sobre a política de preços da Petrobras, mercado reduz expectativa de alta para Bovespa. (O Estado de S. Paulo, sábado)

Auditor sugere nova planos de venda da ativos da Petrobras
Para especialistas, liberação nos preços da Petrobras gerar elevar diversiedades em refinarias. (O Estado de S. Paulo, sábado)

Leia mais aqui

ENERGIA

A **Agência INFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país, além dos bolletins por e-mail, ensaiamos, flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
A **Serviço de Notícias INFRAEnergia é destinado a assinantes**. Inclui bulletins diários, ajustáveis, entrevistas, palestras e participação em eventos de interesse do setor. Mais informações em nosso site www.agenciainfra.com.
Equipe: Responsável pela edição-chefe: Regina Lo, de Jesus de Jesus; Leila Coimbra; Nota e Manchetes e Fique de olhos: Jéssica Sousa; Clipping: Jéssica Sousa.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de Freepik e de bancos de dados gratuitos de disponibilidade de compartilhamento.

Diretoria

Diretor da Agência INFRA:
Editor-chefe: Marcelo Sakaguchi
Editor-chefe de Energia: Leila Coimbra
Reportagem: Marcelo Sakaguchi, Leila, Nelio Sakaguchi **Redação:** Nelio Sakaguchi **Ilustração:** Laura Mengel

www.agenciainfra.com
www.facebook.com/agenciainfra
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.